



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBA
Estado do Espírito Santo

Nota Explicativa aos Demonstrativos Contábeis do Exercício de 2022

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetiba, órgão do Poder Executivo do Município, situado no Estado do Espírito Santo, se constitui em Personalidade Jurídica de Direito Público, composto pelo Gabinete do Prefeito, Unidade Central de Controle Interno, Procuradoria Jurídica, e possui a seguinte estrutura:

Secretarias Municipais:

Secretaria de Administração;
Secretaria da Fazenda;
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Cultura e turismo;
Secretaria Municipal de Obras e infraestrutura;
Secretaria de Serviços Urbanos;
Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento e Ação Social;
Secretaria de Agropecuária;
Secretaria de Meio Ambiente;
Secretaria de Esportes e Lazer;
Secretaria do Interior;
Secretaria de Transportes;
Secretaria de Gabinete;
Secretaria de Planejamento e Projetos;
Secretaria Jurídica;
Controladoria Geral Interna.

Fundos Especiais:

Fundo de Desenvolvimento Municipal
Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil
Fundo Municipal do Idoso
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fundo Municipal de Assistência Social;

Consórcios Públicos:

Consortio Publico da Regiao Doce Oeste do Espirito Sauto — CONDOESTE; Consortio Publico Intermunicipal Fort. Prod. Comerc. Prod. Hort. — CEASA NOROESTE.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Município foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público publicado, integrante do o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, estendido pelo Plano de Contas do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCEES).

NOTA 2- BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial retrata a situação estática do Patrimônio, sob seus aspectos qualitativos (Bens, Valores, Créditos e Obrigações) e quantitativos (Ativo, Passivo, Saldo Patrimonial, Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial do Exercício), registrando e demonstrando a variação de seus componentes.

Entende-se por Patrimônio o conjunto de bens, materiais ou não, direitos ações e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou uma entidade e seja suscetível de mensuração econômica. A análise deste instrumento serve para evidenciar a situação financeira e patrimonial da prefeitura e quando combinado com outras informações permite gerenciar também limites de endividamento e níveis de dispêndios com dívidas.

Apresentamos a seguir, um resumo desta importante demonstração contábil.

Passivo 2022	R\$ 31.648.953,36
Patrimonio Liquido 2022	R\$ 232.363.467,88
Passivo Total 2022	R\$ 264.012.421,24
Ativo Total 2022	R\$ 264.012.421,24

NOTA 2.1 – ALMOXARIFADO

Possuímos às filiais, 001 da UG da Prefeitura do Município de Santa Maria de Jetibá e a 002 do Fundo Municipal de Saúde, quanto aos Almojarifados, físicos e lógicos.

Foram identificadas entradas por meio de Autorização de Fornecimento que deveriam ser feitas para os itens adquiridos pelas respectivas UGs, o que não teria acontecido por um longo tempo, causando conflitos nos relatórios gerados no último ano. Ao final do exercício de 2022 foi solicionado o problema das entradas em filiais trocadas, para os novos certames, existindo os contratos antigos que por sua vez originam entradas trocadas e que devem ser corrigidas.

Outros fatores que comprometeram às divergências nas Tabelas 14 do Sistema de Almojarifado, de ambas filiais, além das AFs já citadas, existem produtos classificados em contas contábeis erradas, como, por exemplo, auto-peças: embora sejam material de consumo, possuem uma conta contábil específica, mas que foram cadastradas em conta genérica de materiais de consumo. Em casos como este, ao dar entrada no almojarifado, o item não é endereçado para a linha e conta contábil correta na Tabela 14, obedecendo a classificação dos produtos anterior cadastrada no Sistema de Compras. Sendo assim, ao servidor que faz a entrada da Nota Fiscal (NF) no Sistema de Almojarifado não lhe é permitido escolher para qual conta contábil o item deve ser inserido na Tabela 14, pois depende exclusivamente do cadastro do item. Contudo, após lançamento da NF, o processo vai para liquidação, e, voltando ao caso de auto-peças, será liquidado na conta correta de auto-peças no setor contábil, causando as divergências entre Almojarifado e Contabilidade.

Portanto, a partir do momento em que às Autorizações de Fornecimentos sejam elaboradas pelas suas respectivas filiais, e que os itens passem a ser classificados corretamente e os almojarifados físicos e lógicos estejam inventariados, teremos então o Almojarifado controlado e sem divergências.

NOTA 2.2- BENS PATRIMONIAIS/MÓVEIS E IMÓVEIS.

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. A Prefeitura possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Em atendimento ao princípio da oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de

um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica.

Segue abaixo resumo do saldo em bens patrimoniais:

Conta Contábil	Valor Inventário	Valor Contábil	Diferença
Bens Móveis	46.996.983,08	46.986.708,08	10.278,00
Bens Imóveis	176.651.589,49	177.358.430,43	706.840,94

A diferença encontrada em bens móveis, trata-se de 2 itens cadastrados em duplicidade no sistema de patrimônio, a correção será realizada em 2023.

A difeAssinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por Múltiplos signatários em: 27/04/2023 13:14. 1 engenheiro

localizado no setor de patrimônio da estrada principal de rio cristal conforme tombamento n. 30825.

Como aprimoramento do setor o mesmo abriu um processo de numero 748/2023 a fim de acompanhar e informar o setor contábil mensalmente dos valores constantes, evitando assim divergencias.

NOTA 2.3 BENS INTANGÍVEIS

Bens intangíveis são as propriedades imateriais de uma empresa, que não existem fisicamente, como é o caso de marcas, patentes, licenças, direitos autorais, softwares, desenvolvimento de tecnologia, receitas, fórmulas, carteira de clientes, recursos humanos e know-how.

Por exemplo, para usar um software de edição de imagens, como o Photoshop, uma agência de design precisa comprar os direitos de uso. Outro exemplo é uma startup que desenvolve internamente uma tecnologia inovadora. Tudo isso se transforma em bens intangíveis da empresa e agrega valor ao seu patrimônio.

Por outro lado, os bens tangíveis, também chamados de corpóreos ou materiais, são aqueles que existem fisicamente, como móveis, imóveis, veículos, dinheiro, estoque, entre outros, que também integram o patrimônio.

Tanto os bens tangíveis quanto os bens intangíveis são propriedades da empresa, têm valor econômico para ela e podem ser convertidos em dinheiro (negociados, transferidos, vendidos ou alugados).

Durante o ano de 2022, foi adquirido licenças e softwares e registrado no sistema contábil por meio das liquidações n. 4454, 6996 e 8391 de 2022 e não fora reconhecido no sistema patrimonial, o mesmo foi enviado ao setor por meio do processo n. 748/2023 para análise do ocorrido.

NOTA 2.4 - Disponibilidades de Caixa.

O Saldo constante em Caixa e Equivalentes de Caixa, é da importância de R\$ 27.425.486,46 distribuido nas contas contábeis abaixo:

- Bancos Conta Movimento - R\$ 509.190,63
- Rede Bancária - Arrecadação - R\$ 703.768,35
- Aplicações Financeiras - R\$ 26.212.527,48

Como podemos verificar todas as disponibilidades financeiras encontram-se alocadas em instituições financeiras oficiais e em sua quase totalidade em aplicações financeiras o que garante o retorno em rendimentos.

NOTA 3- Precatórios.

Precatórios são formalizações de requisições de pagamento de determinada quantia por beneficiário, devida pela Fazenda Pública, em face de uma condenação judicial definitiva, ou irrecorrível.

No ano de 2022, é importante frisar que a favor do Município de Santa Maria de Jetibá houve um precatório de n. 00012579520228080000 que não foi inscrito na contabilidade no ano de 202 e que o mesmo já foi encaminhado para o setor contábil em 13/03/2022, pelos achados de controladoria processo n. 605/2021 e que o mesmo será registrado.

destes valores podemos desmembrar os risco:

- Com condenação: 2.599.104,98
- Alto: 159.886,74
- Médio: 5.350.197,19
- Baixo: 3.273.962,47

Devido ao não envio do mesmo ao setor Contábil, o mesmo não tendo tomado conhecimento dos valores não efetuou a contabilização, o mesmo será feito em 2023, conforme a ciência dada pela controladoria.

Kayo de Souza Kuster – CRC/ES – N° 013350/O-6